

## ARTIGO

### REPRESENTAÇÕES SOBRE A ALIMENTAÇÃO NA REVISTA MÉDICA DO PARANÁ (DÉCADA DE 1930)

ALEXANDRA FERREIRA MARTINS RIBEIRO

Doutora em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

E-mail: [alexandrafmribeiro@gmail.com](mailto:alexandrafmribeiro@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3942-8050>

VALQUIRIA ELITA RENK

Doutora em Educação.

Professora Titular, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

E-mail: [valquiria.renk@pucpr.br](mailto:valquiria.renk@pucpr.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2679-7471>

MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA

Doutora em História.

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR.

E-mail: [ceciliapilla@gmail.com](mailto:ceciliapilla@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6526-8249>

**RESUMO:** A *Revista Médica do Paraná*, publicada desde dezembro de 1931, foi criada para ser um repositório de pesquisas médicas e um reflexo do esforço científico dos profissionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento científico, fortalecer a classe médica e difundir a medicina no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, este artigo teve como objetivo analisar as representações acerca da alimentação presentes nos artigos publicados na *Revista Médica do Paraná* na década de 1930. A partir da análise de conteúdo das fontes, os artigos selecionados foram organizados de modo a torná-los mais claros e compreensíveis, com base no referencial teórico adotado para a interpretação das informações. Os resultados demonstram que, na década de 1930, a *Revista Médica do Paraná* representou a alimentação como instrumento de higienização, moralização e fortalecimento da nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Medicina. Publicações científicas. Alimentação.

## REPRESENTATIONS OF FOOD IN THE MEDICAL JOURNAL OF PARANÁ (1930S)

**ABSTRACT:** The Revista Médica do Paraná, published since December 1931, was created to be a repository of medical research and a reflection of the scientific efforts of professionals, with the goal of promoting scientific development, strengthening the medical profession, and disseminating medicine in Brazil. Through bibliographic and documentary research, this article aimed to analyze the representations of food present in the articles published in the Revista Médica do Paraná in the 1930s. Based on content analysis of the sources, the selected articles were organized to make them clearer and more understandable, based on the theoretical framework adopted for interpreting the information. The results demonstrate that, in the 1930s, the Revista Médica do Paraná represented food as an instrument of hygiene, moralization, and strengthening the nation.

**KEYWORDS:** History of Medicine. Scientific publications. Food.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v84p439-464>

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 28/09/2025



## Introdução

No decorrer do século XX, a Medicina ocidental consolidou-se não apenas como principal meio de tratamento de enfermidades, mas também como uma referência orientadora da vida, assumindo funções anteriormente atribuídas a sistemas tradicionais de sabedoria e espiritualidade. No entendimento de Moulin (2011), essa transformação modificou profundamente a forma como corpo e saúde passaram a ser compreendidos, atribuindo ao corpo um papel simbólico central na organização social e na projeção de uma futura ordem internacional embasada na equidade. A separação rígida entre saúde e doença foi sendo gradualmente superada, o que permitiu reconhecer que ambas podem coexistir de maneira dinâmica no mesmo organismo. Assim como relata Moulin (2011), a doença, nesse contexto, deixou de ser vista como estigma e passou a ser entendida como uma expressão natural da vida. Os médicos, ao se tornarem autoridades legítimas nesse campo, passaram a intervir diretamente sobre o corpo e estabelecer novas diretrizes e desafios para as sociedades contemporâneas.

O recorte temporal da pesquisa, centrado na década de 1930, justifica-se pelo fato de que, nesse período, a Medicina no Brasil já se encontrava consolidada como campo científico e os médicos assumiam uma posição de prestígio social, sendo reconhecidos tanto como profissionais da saúde quanto como cientistas formados em instituições nacionais e internacionais (Moreira, 2020). Inseridos em um projeto de construção da identidade nacional, esses médicos passaram a atuar como agentes da modernidade, difundindo ideais eugênicos por meio da educação sanitária, sobretudo, no espaço escolar (Pilla, 2011). A articulação entre saúde e educação, então entendidas como pilares do progresso, fortaleceu-se como diretriz de políticas públicas voltadas à formação de um corpo social saudável, disciplinado e produtivo (Renk, 2016). A escola foi concebida como o espaço privilegiado para a formação dos futuros cidadãos da nação (Marques, 1994), o que torna o ano de 1930 um marco analítico relevante para compreender as interseções entre saber médico, educação e projetos de civilização.

A escola foi o espaço privilegiado das prescrições da Ciência Higiene, onde “a higiene formatou propostas de construção de modelos educacionais, formação de professores, inspeção de alunos e de organização de espaços e

equipamentos, objetivando a formação de novos e higienizados cidadãos “(Larocca; Marques, 2010, p. 754). As ações dos médicos adentravam o espaço escolar, orientando os docentes em como identificar moléstias e doenças infectocontagiosas que acometiam os escolares, palestrando sobre a importância das vacinas, da higiene, realizando exames, tratando doenças, para garantir o bem-estar e prevenir doenças. Nas escolas (do Paraná), a educação em saúde deveria ser ministrada em sala de aula, para que os escolares levassem “as boas novas” aprendidas na escola às suas famílias e promovessem mudanças de hábitos de higiene, alimentação e saúde, promovendo o saneamento médico e social do país (Marques, 1994).

A escolarização da infância era necessária, pois fazia parte de um projeto de construção da nação. A educação participaria da construção do “novo homem” para o projeto de progresso da nação e a escola tinha um papel fundamental na disciplinarização da infância e juventude (Schwartzman, 1984). Portanto, a atenção aos cuidados com o corpo, com a saúde, com a alimentação e com as atividades físicas era ensinada na escola, nos periódicos médicos, nos almanaques e disseminadas na sociedade, para a formação de trabalhadores sadios e ordeiros, fatores decisivos para o progresso do país.

A educação e a saúde adquiriam o *status* de regeneração da nação, de acordo com D’Ávila (2006). As escolas ajustavam-se aos discursos dos higienistas, de “melhorar a população” por meio da educação escolar e disciplinar a infância e a adolescência (Bertucci, 2007; Marques, 1994; Schwarcz, 1993, Soares, 2001). A preocupação com a saúde coletiva e individual fez das instituições educacionais lugares por excelência da atuação do Estado para a formação do cidadão, a começar pelas idades mais tenras.

Em um movimento maior, para a formação da população nacional saudável, com bons hábitos físicos e morais, os médicos e intelectuais descobriram a pobreza, as doenças que acometiam a população do interior do país, a falta de saneamento nas cidades e no meio rural, propondo a higienização, a educação e a saúde como medidas “saneadoras” desses males (Soares, 2001; Gois Junior, 2007). Assim, tornava-se imperioso gerenciar convenientemente os homens, suas atividades, conformando seus corpos, para o bom futuro do país. Nesse sentido, a hereditariedade e a educação ganharam destaque nas discussões científicas e políticas. A hereditariedade, que era uma preocupação eugênica com a prole que constituiria a nação

futura (assim como o exame pré-nupcial e mesmo a regulamentação dos casamentos passam a ter relevância social); e a educação, na escola ou em casa, que formaria e modelaria a criança com o horizonte de expectativa de formar o homem do futuro, pois por meio da educação infantil era possível atingir a família e modificar hábitos especialmente de higiene, saúde e alimentação (Marques, 1994).

Nesse contexto, diferentes veículos de comunicação – como as publicações impressas<sup>1</sup> – cumprem um papel relevante na difusão de discursos que contribuem para a formação de representações sociais e influenciam diretamente as práticas do cotidiano. As revistas, assim como outros periódicos, não são produções isoladas, mas são forjadas coletivamente por agentes em torno de ideias, valores e crenças compartilhadas, expressas por meio da palavra escrita. Sob essa ótica, Luca (2015) ressalta que as revistas periódicas são fontes significativas para a análise das representações sociais, dos padrões de comportamento e das idealizações produzidas por diferentes grupos sociais, incluindo os que compunham o meio científico e médico.

Entre o final do século XIX e as décadas iniciais século XX, os periódicos científicos de Medicina no Brasil evidenciavam a intenção de fortalecer a profissionalização da categoria médica e a difusão de conhecimentos científicos e técnicos. Esses veículos de comunicação tentavam criar uma identidade comum entre os profissionais da área, consolidando o prestígio da Medicina como campo de conhecimento válido. Tais revistas objetivavam validar práticas embasadas em métodos científicos, reafirmar o capital simbólico, social e científico dos agentes do campo da Medicina em âmbito nacional, ao mesmo tempo em que deslegitimavam os saberes populares considerados ineficazes.

A *Revista Médica do Paraná* (RMP), com seu primeiro exemplar datado de dezembro de 1931, pela Associação Médica do Paraná e pela Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, é um dos mais remotos e considerados

---

<sup>1</sup> A partir do início do século XX, os periódicos impressos em formato de revista passaram por um processo de ampliação em sua circulação e diversificação em termos de conteúdo e estilo. Conforme observa Luca (2015), esses materiais englobavam ampla gama de temáticas e públicos, sendo classificados como revistas de variedades, mas também voltadas especificamente para diferentes segmentos, como o público feminino, masculino, infantil, esportivo, educacional, humorístico, religioso, étnico, científico, literário, além de áreas como rádio, teatro e cinema, buscando assim atender a interesses específicos de grupos distintos da sociedade.

periódicos científicos do Brasil (Macedo, 2022; Renk; Bertucci, 2020). Criada para reunir e divulgar os trabalhos da classe médica, a revista se concretizou como lugar de valorização do esforço científico de médicos de diversas especialidades, contribuindo para o progresso da Medicina e o resguardo da prática médica.

A pesquisa histórica se vale de documentos/fontes que resistiram ao tempo e hoje estão disponíveis física ou digitalmente. Preservadas por instituições (ou em repositórios), essas fontes guardam discursos de outras épocas, que devem ser analisados criteriosamente de modo a contribuir para a escrita da história. Os textos da *Revista Médica do Paraná* são exemplos relevantes, pois desvelam valores e representações que construíram o ideário, capital científico e social da classe médica. Tais textos necessitam de uma perspectiva crítica sobre a forma como esses profissionais influenciaram a sociedade e consolidaram seus saberes.

Neste artigo, os discursos da *Revista Médica do Paraná* são analisados em relação ao contexto, ao local e ao público a que se destinavam. De acordo com Chartier (1998), os discursos funcionam como representações que dão sentido ao presente, tornam o outro compreensível e decodificam o espaço. Analisar essas representações permite identificar: classificações que constroem realidades diversas; práticas que afirmam identidades e posições sociais; e formas institucionalizadas que legitimam a existência de grupos. Essas representações refletem valores, normas e percepções atribuídas pelos discursos ao mundo social.

Considerando os pontos abordados, esse artigo teve como objetivo analisar as representações acerca da alimentação presentes nos artigos publicados na *Revista Médica do Paraná*, década de 30 do século XX. Com base nos textos publicados na revista, foi possível identificar construções simbólicas fundamentadas em saberes, valores, práticas e noções de verdade. Partindo da análise de conteúdo, os textos foram sistematizados de modo a favorecer a compreensão das mensagens veiculadas, possibilitando uma leitura das representações alimentares presentes no contexto histórico pesquisado.

Para atingir o objetivo proposto, adotou-se a análise de conteúdo como metodologia, seguindo os procedimentos indicados por Luca (2015) para o estudo de periódicos. Foram examinadas a periodicidade, a estrutura interna,

os elementos iconográficos, o grupo editorial, os principais colaboradores, o público-alvo e a origem dos recursos da revista. Posteriormente, os dados foram organizados de modo sistematizado, buscando as menções acerca da alimentação, com base no referencial teórico adotado, a fim de facilitar a compreensão e a interpretação das informações.

A temática da eugenia tem sido objeto de análise de outros pesquisadores. Janz Junior (2012) abordou a eugenia nas páginas da *Revista Médica do Paraná* entre 1931 e 1940. Mai (2004) examinou a produção do conhecimento sobre eugenia na *Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn*, entre 1932 e 2002. Marques (1994) investigou o processo de medicalização da raça, analisando o papel de médicos e educadores no discurso eugênico. Marinho (2021) pesquisou sobre a prática da puericultura no Piauí nas décadas de 1930 e 1940. Apesar das relevantes contribuições dessas pesquisas para a compreensão do pensamento eugênico no Brasil, nenhuma delas teve como foco central a relação entre eugenia e alimentação.

O artigo foi estruturado em quatro partes. No subtítulo, denominado “Considerações sobre a *Revista Médica do Paraná*”, foram explanados sobre a materialidade, seus autores e o público-alvo da revista. No subtítulo, intitulado “Alimentação como fator de higiene, eugenia e resistência orgânica na *Revista Médica do Paraná* na década de 1930”, foi tratado de questões como: preceitos de higiene, melhoria racial e resistência orgânica; desigualdade social; a alimentação nos lares e nas escolas; o papel das mulheres; os valores nutritivos dos alimentos; e doenças e alimentação. Posteriormente foram tecidas breves considerações finais e por fim são listadas as referências.

### **Considerações sobre a *Revista Médica do Paraná***

Os artigos da *Revista Médica do Paraná* eram voltados à comunidade médica, incluindo profissionais em atividade, estudantes e outros trabalhadores da saúde. Dirigida por Milton Munhoz, com F. Fabiano Salles como gerente e uma comissão editorial formada por médicos, como Mario Braga de Abreu, José Loureiro Fernandes e César Pernetta, a revista buscava difundir o conhecimento científico e promover o avanço da medicina coletiva.

Seus textos dialogavam com autoridades de saúde pública, médicos e especialistas interessados em práticas médicas.

Exemplares físicos da *Revista Médica do Paraná* foram consultados na Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, em um trabalho de manuseio, digitalização e análise. A coleção está quase completa, com algumas lacunas nas décadas de 1940 e 1950. O primeiro número, publicado em 1931, possuía 67 páginas em preto e branco, reunindo 18 artigos, notícias médicas, informes sobre a fundação da Sociedade Médica dos Hospitais Paranaenses e propagandas de laboratórios, equipamentos, remédios e farmácias. Inicialmente mensal, a revista passou a alternar entre edições mensais e bimestrais a partir de abril de 1931, reduzindo para cerca de 35 páginas a partir da terceira edição. De 1931 a 1939, o editor foi o médico Milton Munhoz, sucedido por Loureiro Fernandes, sem grandes mudanças no conteúdo. A partir de 1933, anúncios passaram a ocupar a capa e, em 1938, algumas propagandas internas começaram a ser impressas em cores. As edições seguiam uma estrutura relativamente fixa: abertura com anúncios, seguida de sumário, artigos assinados por médicos (muitos também professores da Universidade do Paraná) e, ao final, uma seção de notícias e informes. A revista era distribuída por assinatura anual, e embora não haja registro do preço ou da tiragem, os exemplares revelam sua circulação voltada à classe médica e ao fortalecimento da produção científica local.

A maioria dos autores da *Revista Médica do Paraná* era composta por médicos que também atuavam como professores da Universidade do Paraná (atual UFPR), o que reforça sua posição de destaque e influência social. Ao conciliarem a prática médica com o ensino, esses profissionais disseminavam seus saberes em múltiplos espaços, ampliando o alcance de suas ideias. Publicar na revista significava afirmar autoridade científica, legitimado pelo reconhecimento dos pares. Valendo-se da credibilidade associada às figuras do médico e do professor universitário, esses autores buscavam normatizar práticas, influenciar comportamentos cotidianos da população, além de reforçar representações sobre seu próprio grupo social.



## **Alimentação como fator de higiene, eugenia e resistência orgânica na *Revista Médica do Paraná* na década de 1930**

A análise da alimentação nas páginas da *Revista Médica do Paraná* entre 1930 e 1939 revela um entrelaçamento entre discursos médico-higienistas, ideias eugênicas, projetos de puericultura e preocupações sociais, refletindo os modos como a Medicina da época se articulava à formação de uma identidade nacional e à construção de corpos considerados saudáveis, produtivos e moralmente corretos. A partir da leitura dos textos, foi organizado o eixo de análise em relação à alimentação como fator de higiene, eugenia e resistência orgânica.

Foram selecionados trechos que relacionavam a alimentação à higiene, eugenia, resistência orgânica, como instrumento de disciplina moral e social, especialmente via educação sanitária e intervenções nos espaços domésticos e escolares. Alguns trechos selecionados aparecem com intervalos de 2–5 anos entre artigos — de um mesmo autor ou de diferentes autores —, os quais foram registrados e empregados como indícios interpretativos, evitando a suposição de continuidade linear. As variações de ênfase e vocabulário são compreendidas à luz das inflexões do período (centralização estatal, agenda higienista/educação sanitária e reconfigurações institucionais a partir de 1937). Quando a *Revista Médica do Paraná* informa mês/ano, utilizou-se a data completa. Esse procedimento buscou tornar mais visível o efeito da passagem do tempo sobre as representações de “higiene, eugenia e resistência orgânica” em um contexto de projeto estatal em curso.

Os discursos médicos da década de 1930, presentes na *Revista Médica do Paraná*, incorporavam e reforçavam concepções eugênicas ao relacionarem a constituição da nacionalidade brasileira com noções racializadas de inferioridade e degeneração. A partir de uma lógica hierarquizante, como expressa Gomes (1932, p. 17), a formação do povo brasileiro era vista como resultado de uma mistura considerada indesejável entre “uma parcela ínfima da raça branca” e os elementos indígena e africano, ambos descritos como inferiores. A valorização da eugenia, entendida como “a ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana” (Ferreira, 1932, p. 201), servia para sustentar esses discursos, ao propor a higienização física e moral da população como meio para alcançar o ideal

civilizatório. Nesse cenário, os médicos que publicavam na revista assumiam um papel normativo e educativo, defendendo a instrução como ferramenta para corrigir os “maus hábitos” e promover a regeneração nacional. Nessas representações, a alimentação era tratada como um dos fatores nesse processo, associada a preceitos de higiene, melhoria racial e resistência orgânica, reforçando a ideia de que o corpo saudável refletiria uma nação mais “pura” e evoluída.

Em um dos textos publicados da *Revista Médica do Paraná* as aproximações entre a Medicina e a alimentação evidenciam uma analogia entre os processos de digestão e respiração, ambos compreendidos como funções essenciais de nutrição e, portanto, alvos de controle e disciplina. O ar puro, rico em oxigênio, era descrito como “alimento do pulmão” (Ferreira, 1932, p. 203) e deveria ser tão limpo, saudável e controlado quanto os alimentos sólidos. Ferreira (1932) enfatiza essa correlação ao afirmar que, assim como se exige que o alimento ingerido seja puro e adequado, o mesmo critério deveria ser aplicado ao ar respirado, pois este também nutre o organismo. Tal perspectiva atribui à alimentação – e à própria respiração – uma dimensão moral e eugênica, à medida que controlar e educar os hábitos alimentares e higiênicos significava, simultaneamente, fortalecer os corpos, preservar a saúde e contribuir para o aperfeiçoamento da “raça”.

As práticas alimentares prescritas pelos médicos que publicavam na *Revista Médica do Paraná* estavam ligadas a preceitos de higiene, desvelando a associação recorrente entre falta de asseio e as camadas menos favorecidas economicamente da população. Essa concepção pode ser observada em afirmações como a de Moura (1933b, p. 104), ao se referir à “predileção pelas classes desprotegidas, de acanhadas civilizações, em que os mais rudimentares preceitos de higiene são desconhecidos, vivendo numa dolorosa promiscuidade, dormindo com as vestes sujas do trabalho diário, descalços etc.”. Tanto ele quanto outros autores da revista destacavam que, apesar da importância atribuída à alimentação, a eficácia das medidas nutricionais era limitada diante da precariedade das condições sanitárias e habitacionais das populações marginalizadas. Villa (1936, p. 350), por exemplo, defendia uma “cruzada em benefício da saúde”, na qual a medicina preventiva e a higiene eram representadas como armas terapêuticas para alcançar a higienização racial e conter a degradação física e moral associada à miséria.

Nesse cenário, a alimentação era representada como um dos elementos de fortalecimento das “defesas naturais”, mas deveria ser acompanhada de rigorosos protocolos sanitários, como os descritos por Tabora (1937), que recomendava a queima diária de resíduos de doentes e a fervura de utensílios de uso exclusivo. Assim, os discursos médicos da época revelam um projeto de intervenção moral e física sobre os corpos das camadas populares, vinculando a saúde pública a práticas de higiene, profilaxia, nutrição e distribuição de alimentos como estratégias de combate às enfermidades.

Entre os médicos que contribuíram com a *Revista Médica do Paraná*, é possível identificar discursos que compreendiam a alimentação não apenas como questão biológica, mas como um marcador de desigualdade social entrelaçado às condições de vida das populações mais vulneráveis. As críticas à fome crônica, à subalimentação e à precariedade sanitária recaíam especialmente sobre os pobres, trabalhadores rurais e moradores das periferias urbanas, representados como vítimas de um sistema que os privava tanto do acesso à alimentação adequada quanto de condições mínimas de higiene e educação. Utilizando a tuberculose como exemplo, Lacerda (1938) argumentava que um organismo bem nutrido teria maior resistência a infecções, defendendo, assim, que as campanhas sanitárias priorizassem a alimentação como eixo central da saúde pública. Moura (1933b) reforçava essa perspectiva ao vincular a insuficiência alimentar à propagação de doenças como a hanseníase, especialmente em períodos de escassez. Já Macedo (1933, p. 225) denunciava a desorganização e a carência nutricional nas refeições da classe trabalhadora, refeições “desordenadas”, “sem higiene” e “em desacordo com as exigências fisiológicas”. Por essas perspectivas, os médicos assumiam uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que prescreviam dietas ideais, também denunciavam a distância entre essas prescrições e a realidade social. Como apontou Bandeira (1939, p. 169), a subalimentação era “a pior e mais insidiosa forma de fome”, uma carência contínua e silenciosa que consumia as energias vitais da população empobrecida. Esses discursos representam a tensão entre o ideal normativo da boa alimentação e a incoerência de sua realização em um contexto de miséria, tornando a alimentação um campo estratégico de intervenção médica e política.

Autores como Lacerda (1938) e Gonzaga (1937) enfatizavam as desigualdades entre o campo e a cidade, relacionando o meio rural ao atraso e à promiscuidade sanitária, enquanto Taborda (1937) denunciava que, em muitas regiões, os doentes morriam não por causa das enfermidades, mas pela falta de alimentos. Lacerda (1938, p. 313) foi contundente ao afirmar que não se podia exigir higiene de um sertanejo que “nem pão tem com que se alimente” e Bandeira (1939) destacava o cotidiano de jejum quase perpétuo da população rurícola, reforçando a negligência histórica com os corpos empobrecidos. A subalimentação, nesse discurso médico-social, não era apenas uma questão fisiológica, mas um problema político e civilizatório que exigia ação urgente. A alimentação, mais do que um aspecto isolado da saúde, era percebida como um espelho das injustiças sociais e um campo estratégico de atuação médica e pedagógica no projeto de construção da nação.

Retomando os preceitos de higiene veiculados na *Revista Médica do Paraná*, estes deveriam integrar a formação dos indivíduos nas instituições formadoras do ser – as escolas e as famílias – e, segundo os discursos publicados na *Revista Médica do Paraná*, cabia aos médicos, higienistas e professores a responsabilidade de conduzir esse processo educativo. A alimentação relacionava-se aos projetos higienistas e eugenistas e a educação era parte de um projeto de nação, para formar o cidadão saudável, branco, moralmente “sanado”. A educação higienista estava presente na escola para curar “moralmente” e adaptar os alunos, forjando-os como cidadãos saudáveis, sem vícios e com bons hábitos (D’Ávila, 2006; Bencostta, 2005; Vidal, 2005). Preventivamente, as lições escolares deveriam ser internalizadas (Bourdieu, 2007) pelos estudantes, para impedir determinados males e modos de vida, na vida adulta, mas que ultrapassavam as questões de saúde e eram sim questões sociais. Educar para transformar os hábitos da população era visto como um dever coletivo, sintetizado na máxima “educar para melhorar” (Gomes, 1932, p. 17).

Segundo as representações contidas nos artigos da *Revista Médica do Paraná*, nas escolas a educação não se restringia ao combate ao analfabetismo, mas assumia também a missão de higienizar por meio do ensino e do saneamento.<sup>2</sup> Gonzaga (1937) defendia que o ensino de higiene

---

<sup>2</sup> O estudante precisava assimilar as regras de como deveria se portar socialmente, como comer, como se vestir, como falar, ações que eram consideradas fundamentais para seu

nas escolas normais e rurais deveria abranger a “[...] higiene da habitação, do vestuário, da alimentação, da boca, do corpo: – ensinar a comer, a tomar banho, a dormir, respirar, a calçar pés, a vestir-se, etc.” (Gonzaga, 1937, p. 304). Para alcançar esses objetivos, era necessário formar professores preparados, como reforçava Macedo (1933), ao argumentar que esses profissionais deveriam receber “conhecimentos necessários de higiene e de medicina preventiva, noções elementares sobre as moléstias da infância e a profilaxia das moléstias transmissíveis, de modo a torná-los colaboradores eficientes na formação da consciência sanitária” (Macedo, 1933, p. 226).

De acordo com as representações expressas na *Revista Médica do Paraná*, a formação dos professores,<sup>3</sup> por médicos especializados, igualmente promoveria uma ação direta no ambiente doméstico, “por intermédio dos próprios alunos, agentes naturais de difusão no interior dos lares e por toda parte, dos preceitos de sanidade, tornando a tarefa da família mais ampla e eficaz e o objetivo educacional mais bem compreendido pela grande massa e, portanto, mais facilmente atingido” (Macedo, 1933, p. 216). Assim, os discursos médicos publicados na *Revista Médica do Paraná* conferiam à educação um papel estratégico na promoção da saúde pública ao defenderem a incorporação dos preceitos de higiene como parte fundamental da formação cidadã. A escola, ao lado da família, era concebida como um espaço privilegiado de intervenção sanitária, capaz de moldar hábitos cotidianos por meio da disciplina dos corpos e da atuação pedagógica

---

desenvolvimento como sujeito social. Dessa forma, “a função da escola seria a de substituir os preceitos familiares, de hábitos e comportamentos pelas normas disciplinares e de normatização existente na escola” (Xavier; Sarat, 2012, p. 194). Portanto, sobre os corpos dos escolares, foram se inscrevendo normas, regras e condutas sociais, condizentes com as de uma “criança civilizada”, isto é, a escola foi construindo uma cultura (escolar) para atender aos interesses da civilidade.

<sup>3</sup> As ideias eugênicas buscavam aprimorar a constituição física e mental da população por meio da mudança de costumes, visando formar indivíduos saudáveis, fortes e disciplinados para o trabalho. Durante esse período, é possível citar dois esforços voltados à promoção da Educação em Saúde no Paraná: a implementação do Serviço de Inspeção Médica Escolar (Paraná, 1921), em 1921, e a criação do Curso Elementar de Higiene, em 1920. O primeiro visava desenvolver uma infância e juventude saudáveis e vigorosas, com o intuito de fortalecer a nação por meio de corpos robustos. O Curso Elementar de Higiene, voltado aos professores da rede pública, combinava aulas teóricas e práticas ministradas por médicos, capacitando os docentes a atuarem como agentes de vigilância sanitária e difusores dos princípios da higiene. A proposta era que esses educadores se tornassem multiplicadores de saberes higiênicos, disseminando tais orientações entre seus alunos (Arquivos Paranaenses de Medicina, 1920, n. 1, p. 144; Marques; Farias, 2010; Renk, 2016), promovendo, assim, as chamadas “boas ideias” no ambiente escolar (Arquivos Paranaenses de Medicina, 1920, n. 1, p. 145).

dos professores – estes, por sua vez, preparados para serem difusores do saber médico e instrumentos de transformação social e doméstica.

As intervenções<sup>4</sup> médicas nas escolas eram justificadas pelos médicos que publicaram na revista em razão das possíveis observações de práticas compreendidas como fora das normativas de médicos sanitaristas. Havia na revista críticas às instituições educativas, cuja alimentação oferecida aos estudantes era representada como inadequada, revelando que até mesmo os espaços dedicados à formação das crianças e jovens careciam de práticas alimentares harmônicas com os pressupostos higiênicos e científicos do período. Lacerda (1938b, p. 482) relatou que visitaram “[...] inesperadamente, um dos principais internato de meninos, em hora de refeição” para “[...] ver, de surpresa, o que serviam na alimentação dos meninos”, afirmando que essas inspeções tinham como finalidade “apontar quais os alimentos úteis e por que são úteis.” De modo semelhante, Macedo (1933, p. 223-224) criticava a desorganização e a falta de higiene das merendas escolares,<sup>5</sup> destacando que, mesmo entre os estudantes mais abastados, havia carências nutricionais: “a deficiência alimentar é patente na própria abundância da rica merenda dos abastados”. No entendimento de Macedo (1933), a alimentação escolar refletia os hábitos domésticos e servia como um indicativo para a inspeção médica avaliar excessos e privações vividos pelos alunos em um momento crucial de desenvolvimento físico. Em síntese, a alimentação escolar, ao ser alvo de

---

<sup>4</sup> Ainda sobre o Serviço de Inspeção Médico Escolar (Paraná, 1921). Por meio da implementação do Serviço de Inspeção Médico Escolar, que realizava exames antropométricos, fisiológicos e físicos nos estudantes (Marques, 1994), a escola incorporou o discurso médico higienista uma vez que adotava medidas voltadas à formação de corpos sadios e moralmente adequados. Nesse serviço, os médicos atuavam de maneira preventiva, combatendo doenças e promovendo hábitos saudáveis sob uma ótica eugenista e moralizante. Acreditava-se que a saúde envolvia dimensões físicas, mentais e morais e que a ignorância deveria ser combatida pela educação (Stephanou, 1998). Assim, a educação em saúde visava disciplinar a infância, corrigir comportamentos e transmitir valores considerados ideais. Médicos, profissionais da saúde e professores assumiam, portanto, um papel civilizador, encarregados de higienizar e moralizar os indivíduos e a sociedade.

<sup>5</sup> Desde as primeiras décadas do século XX, para o combate à subnutrição infantil (e da população em geral), intensificaram-se as ações governamentais de melhoria da segurança alimentar, por meio da merenda escolar. Nesse sentido, a escola, ao fornecer a alimentação escolar, além de combater a insegurança alimentar, contribuía na formação desse novo “homem”, combatendo a subnutrição e fortalecendo-o física e moralmente. A alimentação oferecida pela merenda escolar ou das cantinas escolares produzida em conformidade mostra uma preocupação com a saúde, cuidado e bem-estar dos escolares, além de propiciar uma alimentação adequada à faixa etária, bem como a formação de hábitos sobre a aceitação dos alimentos servidos como merenda escolar e comportamentos esperados à mesa, “não há nada que seja simplesmente óbvio” (Elias, 1989, p. 153). Assim, acreditavam os políticos e intelectuais que para construir a “civilização” brasileira, havia a necessidade de uma intervenção em seus hábitos e costumes e constituir sujeitos em “afinados com os símbolos dos novos tempos: a cidade, a indústria, a ciência e a tecnologia” (Marques, 1994, p. 15).

críticas e inspeções médicas, revelava-se não apenas como um elemento da rotina institucional, mas como um espelho das desigualdades sociais e dos valores higiênicos da época. As instituições educativas, longe de serem espaços neutros,<sup>6</sup> eram atravessadas por vigilância e por discursos médicos que buscavam normatizar os corpos infantis a partir de padrões científicos de nutrição, higiene e saúde pública.

Ensinar a comer corretamente envolvia um conjunto de práticas morais e sanitárias transmitidas por médicos inclusive para as instituições familiares. Nos lares, os discursos médicos chegavam por meio de palestras transmitidas pelo rádio e que, posteriormente, eram publicadas na *Revista Médica do Paraná*, com o propósito de “[...] difundir conhecimentos de higiene, indispensáveis à boa saúde e à resistência física” (Ferreira, 1932, p. 201). De tal modo, ensinar a comer e a cuidar do corpo, zelando pela higiene, era parte de um esforço de moldar os comportamentos cotidianos em nome da saúde pública e da regeneração da população.

Nos artigos publicados na *Revista Médica do Paraná*, a higiene doméstica, especialmente no preparo e consumo dos alimentos, era alvo de orientações minuciosas, muitas vezes dirigidas às mulheres (representadas como responsáveis pelo bem-estar do lar):

Minha senhora. Boa noite! Pedimos, respeitosamente, permissão para fazer a nossa palestra de hoje dentro do vosso lar. Enquanto as crianças dormem, enquanto vosso marido lê boatos de política, nós conversamos. [...] Pedimos para cuidarem, carinhosamente, dos alimentos consumidos em vosso lar, sobretudo das frutas que as crianças, na sua gulosidade, ingerem com todas as poeiras do botequim ou as sujeiras das mãos do mascate. Nas frutas e nas verduras são muito comuns os bacilos do *typho*. Frutas e verduras devem ser lavadas em água corrente, antes de ir à mesa. Só as frutas e verduras? Não. Devemos, antes de cada refeição, lavar as mãos em água corrente, para não contaminar com as nossas próprias mãos os alimentos que

---

<sup>6</sup> A “ação pedagógica tende a produzir o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural” (Bourdieu; Passeron, 1982, p. 52-53). A escola é um espaço de formação e conformação das pessoas (Xavier; Sarat, 2012, p. 170). Os escolares são “modelados e submetidos a um determinado padrão por meio da pressão e coação” (Elias, 1989, p. 171). Pode-se refletir sobre o caráter civilizador da escola, que envolve o autocontrole do comportamento social e individual, aprendido e internalizado por meio de regras, proibições e sanções (Elias, 1994). Portanto, muito mais do que ensinar conteúdos e saberes, a escola contribui na internalização de normas, condutas e padrões sociais (Renk, 2014). Assim “a função da escola seria a de substituir os preceitos familiares, de hábitos e comportamentos pelas normas disciplinares e de normatização existente na escola” (Xavier; Sarat, 2012, p. 194). Sobre os corpos dos escolares, a escola em diferentes períodos históricos foi inscrevendo regras e condutas sociais, construindo uma cultura escolar para atender aos interesses da civilidade.

ingerimos. Recusar, minha senhora, os gêneros que chegam à vossa casa embrulhados em papel de jornal. O comerciante que embrulha, por exemplo, a farinha em papel de jornal, é um indivíduo sem escrúpulo, que merece ser lavado com creolina e esfregado com um caco de telha. O padeiro, que pega os pães com a mão, recomenda bem a sujeira grossa do seu estabelecimento. Assistimos numa confeitaria da Rua 15, uma empregada assoprar um cartucho de papel, onde ia colocar bolos. Nesse sopro entrou para dentro do cartucho uma carga pavorosa de germes pois a nossa boca é o quartel-general dos micróbios. Insistimos nestes conselhos, minha senhora, porque eles representam o sossego, a saúde do vosso lar. O asseio das mãos é importantíssimo (Lacerda, 1937, p. 349).

Em tom didático e persuasivo, médicos, como Lacerda (1937), utilizavam os meios de comunicação, como o rádio e revistas, para entrar simbolicamente nas casas das famílias brasileiras e orientar diretamente as donas de casa: recomendavam a lavagem rigorosa de frutas e verduras, o cuidado com a procedência dos alimentos e a rejeição de produtos mal embalados ou manipulados sem higiene. A ênfase no asseio das mãos antes das refeições e na vigilância contra práticas consideradas insalubres revelava não apenas uma preocupação com a saúde física, mas também com a moralização dos hábitos cotidianos. Desse modo, os conselhos médicos difundidos pelos artigos publicados na revista e veiculados no rádio ultrapassavam a dimensão técnica da saúde, configurando-se como instrumentos de controle e normatização dos comportamentos no espaço doméstico. Ao prescrever condutas higiênicas às donas de casa, os textos médicos reafirmavam a representação de autoridade científica sobre a vida privada e impulsionavam a internalização de valores sanitários como parte de um ideal de civilidade.

Na década de 1930, a *Revista Médica do Paraná* tratava a mortalidade infantil como problema sanitário urgente, atribuindo à alimentação papel central na prevenção de óbitos. Lopes (1939) via na nutrição uma prioridade investigativa; Barreto (1937) relacionava os altos índices de mortalidade a fatores alimentares; e Taborda (1936) denunciava ainda as condições precárias de higiene na distribuição do leite, propondo fiscalização sanitária rigorosa (p. 208). Diante da preocupação com a mortalidade infantil, os médicos/autores da revista assumiam o papel de educadores técnicos e morais das mães, que, por sua vez, eram responsabilizadas por executar os preceitos higiênico-



alimentares. A puericultura<sup>7</sup> passou a normatizar práticas alimentares desde a gestação até a adolescência: às gestantes, recomendava-se dieta leve e fracionada, com exclusão de alimentos “difíceis” (Gomes, 1933, p. 43); no aleitamento, havia rigidez quanto aos horários e higiene (Gomes, 1933); e para prematuros, normas mais detalhadas reforçavam o leite materno como alimento ideal (Gomes, 1933c); em caso de impossibilidade, surgiam alternativas hierarquizadas como leites modificados e industrializados, como o leite em pó (Gomes, 1933) e Gomes (1935, p. 303) apontava a “ignorância das mães” como responsável direta. Barreto (1937, p. 385) destacava que o combate ao “perigo alimentar” dependia da formação materna, enquanto Macedo (1933, p. 216) afirmava que apenas os médicos poderiam formar “mães mestras”. As orientações alimentares também acompanhavam o crescimento infantil: Gomes (1933b) recomendava mingaus e sopas a partir do quinto mês, com evolução gradual para carnes e ovos aos 15 meses. O preparo deveria seguir rigorosas normas de higiene, com utensílios exclusivos e horários definidos. Assim, a alimentação tornou-se eixo central da puericultura, expressão do poder médico na normatização dos cuidados com o corpo infantil, reforçando a medicalização da vida cotidiana e o disciplinamento das famílias.

A vigilância sobre os hábitos alimentares no contexto brasileiro também se estendia à identificação de vícios associados às práticas à mesa. Segundo Mussi (1936, p. 286), “[...] a convivência do lar em que se toma vinho ou cerveja às refeições, ou da caninha de gole em gole é que gera bêbado”. No entendimento de Mussi (1936), quem não teve contato frequente com essas bebidas – seja o vinho à mesa, a cerveja nos bares ou a cachaça nos botequins – dificilmente se tornaria alcoólatra. Para o médico, o hábito de beber surgiria, muitas vezes, por influência social: a pessoa bebia para acompanhar os outros, dizia apreciar o vinho porque era o que se esperava, embora experimentasse apenas uma sensação desagradável. Complementava: “Não se diga que um desgosto, um abalo moral gerou o vício da bebida, isso não passa duma desculpa desarrazoada para quem já tinha

---

<sup>7</sup> Os ensaios de puericultura, publicados na *Revista Médica do Paraná*, constituem outro recorte de pesquisa. A partir da década de 1930, a puericultura ganhou destaque como prática médica preventiva, centrada no cuidado com a infância e no controle rigoroso da alimentação desde a gestação até a adolescência.

uma tendência somática pronunciada para o vício” (Mussi, p. 286). Mussi rejeitava a ideia de que eventos emocionais como desgostos ou abalos morais poderiam ser responsáveis pelo vício alcoólico, atribuindo a dependência a predisposições somáticas já existentes. Nesse sentido, os discursos médicos presentes na revista buscavam agir como instrumentos de vigilância sobre os vícios que poderiam se originar no espaço da alimentação.

Ensinar a comer corretamente, nas páginas da *Revista Médica do Paraná* da década de 1930, representava também instruir sobre o valor nutritivo dos alimentos e seus efeitos na prevenção e no combate a doenças. Os discursos médicos, publicados na *Revista Médica do Paraná* na década de 1930, buscavam orientar a população quanto aos hábitos alimentares, denunciando carências nutricionais, a monotonia dos cardápios e os efeitos negativos da má alimentação na saúde coletiva. Médicos, como Carneiro (1935) e Lacerda (1938), associavam diretamente as deficiências alimentares à degeneração fisiológica, à vulnerabilidade a enfermidades, como a tuberculose, e à incapacidade de o corpo de se regenerar.

A chamada “alimentação sadia e racional” (Lacerda, 1938b, p. 479) era representada como condição para garantir a normalidade do corpo, a produtividade e a higiene da população. Em suas palavras:

A alimentação sadia, racional, foi sempre um fator de saúde. No nosso meio e, particularmente, nas camadas médias, predomina a convicção de que um estômago abarrotado de alimento está bem nutrido. É a teoria falsa da quantidade superando a qualidade. A alimentação do paranaense é um círculo vicioso: arroz, feijão e carne e, de quando em quando, macarrão. O uso de frutas, verduras é muito limitado. Não são muitos os que conhecem as virtudes alimentícias das frutas e das verduras. O povo ouve falar em vitaminas, mas, não é bem orientado na importância das vitaminas na alimentação diária (Lacerda, 1938b, p. 479).

Lacerda (1938b) criticava o padrão alimentar comum embasado quase exclusivamente em arroz, feijão e carne, com pouca ou nenhuma inclusão de frutas, verduras e fontes ricas em vitaminas, alertando para a falsa ideia de que quantidade suplantaria a qualidade nutricional. Dessa maneira, a prática alimentar cotidiana de grande parte da população era desqualificada no discurso científico dos médicos. Além disso, seu discurso trazia a representação de que a população era mal orientada – “o povo procura

sempre os alimentos que alimentam menos e ainda julga que é a quantidade que supera a qualidade” (Lacerda, 1938b, p. 482) – e o consumo escasso de alimentos, como leite, ovos e cacau, além do desconhecimento das reais necessidades calóricas do organismo, sobretudo nas primeiras horas do dia, quando se exigia mais energia<sup>8</sup> do corpo.

Também se destacavam, entre os colaboradores da *Revista Médica do Paraná*, os entusiastas dos benefícios das vitaminas, que viam na nutrição um elemento importante para a manutenção da saúde e da resistência orgânica. A valorização das vitaminas como reguladoras dos processos fisiológicos aparece em textos como “A propósito da dieta de Maçã nas desordens nutritivas das criancinhas” (França, 1932); “Valor nutritivo de algum de nossos alimentos” (Cavalcante, 1938); “Flavina (Vitamina B-2) e aipim”; e “Vitamina C” (Cruz, 1938 e 1938b), além de “Vitaminas A, B e D na Batata Inglesa” (Plaisant, 1938). Esses estudos reforçam a importância dos micronutrientes para o equilíbrio do organismo e para a prevenção de doenças. Carneiro (1935), em aula de abertura do curso de Medicina de 1935, por exemplo, ainda que reconhecesse a limitada compreensão química das vitaminas à época, ressaltava seu impacto direto sobre tecidos, órgãos endócrinos e funções metabólicas. A deficiência vitamínica comprometeria o bom funcionamento do organismo, afetando especialmente os sistemas digestivo, hepático, vascular e endócrino. Em estudos comparativos, Carneiro (1935) observa que populações com dietas mais simples e embasadas em alimentos crus apresentavam menor incidência de cáries e distúrbios nutricionais, sugerindo que a qualidade e a naturalidade da alimentação eram determinantes para a preservação da saúde. Sob essa ótica, uma alimentação adequada – rica em vitaminas e com valor calórico equilibrado – era concebida não apenas como fator de bem-estar individual, mas como estratégia para a saúde pública.

---

<sup>8</sup> “Os nossos erros de alimentação são numerosos. A Constituição do cardápio comum não deixa dúvidas quanto a sua quase absoluta ineficiência. Arroz feijão e carne! Vejamos, por exemplo, a primeira alimentação, isto é, a da manhã: café com pão. Este café é servido entre 7 e 8 horas. Somente às onze ou meio-dia, o almoço, com o clássico cardápio: arroz, feijão e carne. Ora, é fácil evidenciar a nossa primeira alimentação deficiente e o tempo largo que vai entre a primeira e a segunda refeição” (Lacerda, 1938, p. 480). “Nas primeiras horas de atividade diurna, o organismo é mau alimentado e mal alimentado quando vai despender maior soma de energia, pois sabemos que o trabalho é mais intenso e executado com mais disposição nas primeiras horas de labor. As refeições da tarde da noite sofrem pouca variação: café com pão, no lunch, arroz, feijão carne e sopa, ao jantar e, à noite, chá com pão” (Lacerda, 1938, p. 481).

Alguns médicos que publicaram na *Revista Médica do Paraná* atribuíram ao consumo de determinados alimentos um papel na causa ou no tratamento de doenças. Moura (1933, p. 52), por exemplo, sugeria que o “uso ou abuso de certos alimentos, tais como carne de porco, ovos de galinha e milho” poderia ser responsabilizado como possível fator desencadeante da hanseníase, evidenciando como itens comuns da dieta eram associados a riscos patológicos nos discursos médicos da época. Essa perspectiva desvela como a alimentação era medicalizada e integrada às explicações das causas das doenças, refletindo os saberes e as crenças médicas daquele contexto histórico.

Paralelamente, surgiam outros discursos fazendo referência aos saberes populares e à Medicina tradicional, que valorizavam práticas embasadas no uso de plantas medicinais e remédios caseiros. Fernandes (1937) documenta o uso frequente de elementos da flora regional entre os moradores de Caiobá, como a infusão de casca de quina para febres e diarreias, a salsaparrilha como depurativo, o xarope de agrião e o guaco para infecções respiratórias e dores reumáticas, e a macela galega para distúrbios gástricos. Essas preparações, muitas vezes feitas com aguardente – base das tradicionais “garrafadas” –, demonstram a persistência e o valor social dos conhecimentos populares, mesmo diante das tentativas de regulação por parte da Medicina oficial.

Essas representações, presentes na *Revista Médica do Paraná*, desvelam a coexistência de distintas formas de compreender e tratar a saúde. Alguns médicos enfatizavam a alimentação como estratégia preventiva, outros destacavam seus limites ou até a vinculavam à origem de determinadas enfermidades. Contudo, havia aqueles que reconheciam e registravam os saberes populares como parte legítima das práticas de cuidado. Essa diversidade de representações ilustra a teia de significados presentes nos textos publicados e demonstra um contexto em que a alimentação, longe de ser um tema neutro, estava imbricada nas disputas entre ciência, cultura e experiências cotidianas de saúde e doença.

### **Considerações finais**

Na análise das representações acerca da alimentação presentes nos artigos publicados na *Revista Médica do Paraná*, década de 30 do século XX,

pode-se compreender que os médicos/autores representaram a alimentação não apenas ligada a questões biológicas ou nutricionais, mas como instrumento estratégico de intervenção moral, sanitária e racial sobre os corpos e das práticas cotidianas. Entre prescrições, conselhos e advertências, os médicos assumiam o papel de agentes civilizadores, promovendo uma pedagogia alimentar ancorada em ideais eugênicos e higiênicos. O ato de comer era normatizado sob a ótica da saúde pública, da regeneração nacional e da moralização dos costumes (sobretudo no espaço doméstico, onde as mulheres eram interpeladas como guardiãs do bem-estar familiar) e nas instituições escolares (em que os professores eram entendidos como formadores e os alunos como multiplicadores de consciência sanitária). Ainda que houvesse divergências quanto ao real impacto da alimentação na prevenção de doenças, prevaleceu a ideia de que uma dieta “sadia e racional” seria condição indispensável para o fortalecimento físico e, por extensão, para a construção de uma nação mais produtiva, ordenada e saudável. Assim, a alimentação foi transformada em campo privilegiado de vigilância e disciplina, articulando saberes médicos, valores morais e projetos de controle social.

Além das representações sobre a alimentação, a *Revista Médica do Paraná* revela-se uma fonte histórica fértil para outras frentes de investigação. As propagandas veiculadas durante suas edições possibilitam pesquisar as articulações entre saber médico, interesses comerciais e a construção de padrões de consumo ligados à saúde e à modernidade. Da mesma forma, é possível explorar as representações de gênero que atravessam os textos médicos, especialmente no modo como se atribuíam às mulheres – mães, esposas ou professoras – responsabilidades na difusão de práticas higiênicas e na manutenção da saúde familiar. Outro desdobramento promissor consiste no estudo das edições da *Revista Médica do Paraná* no decorrer das décadas seguintes, ao possibilitar a compreensão de como diferentes regimes políticos – democráticos, autoritários e desenvolvimentistas – moldaram os discursos médicos ao longo do tempo, forjando representações sobre saúde pública, corpo, alimentação, gênero e moralidade, em consonância com os projetos de ordem e progresso de cada período histórico. Também é plausível em novas pesquisas comparar as representações veiculadas na *Revista Médica do Paraná* com outros textos

publicados em periódicos científicos médicos de diferentes regiões do país, favorecendo análises sobre convergências e singularidades nos discursos médicos nacionais. Essas possibilidades reafirmam o potencial da revista como fonte profícua para pesquisas históricas, em específico para a história da Medicina, como uma área emaranhada aos demais setores sociais, econômicos, políticos e culturais brasileiros.

### **Fontes primárias**

BANDEIRA, G. Alimentação mínima. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, set. 1939.

BARRETO, J. de B. Normas para uma organização estadual de Saúde pública. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, out. 1937.

CARNEIRO, R. Aula de abertura do Curso Médico. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, abr. 1935.

CAVALCANTE, Z. A. Valor nutritivo de algum de nossos alimentos. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, maio 1938.

CRUZ, A. Flavina (Vitamina B-2) e aipim. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, abr. 1938.

CRUZ, A. Vitamina C. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, jul. 1938b.

FERNANDES, L. Caiobá – Esboço médico geográfico. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, abr. 1937.

FERREIRA, J. C. Ar puro e ar confinado. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, abr. 1932.

FRANÇA, A. A propósito da dieta de Maçã nas desordens nutritivas das criancinhas. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, dez. 1932.

GOMES, M. Ensaio de Puericultura: preambulo. **Revista Médica do Paraná**. Curitiba, dez. 1932.

GOMES, M. Ensaio de Puericultura: Casamento – gestação – recesmnacido. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, jan. 1933.

GOMES, M. Ensaio de Puericultura: alimentação mixta. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, fev. 1933b.

GOMES, M. Ensaio de Puericultura: cuidados especiais com prematuros, débeis, tarados e doentes. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, mar. 1933c.

GOMES, M. Cuidados pre-natais. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ago. 1935.

GONZAGA, A. G. de. A escola primária, Centro de Educação sanitária. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ago. 1937.

LACERDA, D. Hygiene doméstica: palestra realizada ao microfone da PRB-2 (Radio Clube Paranaense). **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, set. 1937.

LACERDA, D. Apontamentos sobre alimentação. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, set. 1938b.

LACERDA, D. Discurso. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, jun. 1938.

LOPES, M. Mortalidade infantil em Ponta Grossa. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, set./out. 1939.

MACEDO, J. P. de. O médico nas escolas. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, jul. 1933.

MOURA, A. M. de. Conceitos sobre a lepra. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, jan. 1933.

MOURA, A. M. de. Considerações sobre a lepra. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, mar. 1933b.

MUSSI, E. H. Disposições de pessoas ao vício. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ago. 1936.

PLAISANT, O. M. Vitaminas “A”, “B” e “D” na Batata Inglesa. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ago. 1938.

TABORDA, A. Alguns aspectos da fiscalização do leite em Curitiba. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, jun. 1936.

TABORDA, A. Formemos a consciência sanitária do povo. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, maio 1937.

VILLA, C. G. O exame pré-natal e nossa contribuição. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, set. 1936.

## Referências

ARQUIVOS PARANAENSES DE MEDICINA. **Associação Paranaense de Medicina**. Curitiba, n. 1, 1920. Biblioteca Pública do Paraná. Seção de Documentos Paranaenses.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ. **Curso de Hygiene Elementar**. v. 1, n. 7, 1920. Biblioteca Pública do Paraná. Seção de Documentos Paranaenses.

BENCOSTTA, M. L. A. (org.). Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares em Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, D. (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

BERTUCCI, L. M. A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 123-140, out./dez. 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

D'ÁVILA, J. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizacional**. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GOIS JUNIOR, E. Movimento Higienista e o Processo Civilizador: Apontamentos Metodológicos. **X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas, 2007, p. 1-9. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos\\_PDF/Edivaldo\\_Gois\\_Jr.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf). Acesso em: 05 jun. 2025.

JANZ JUNIOR, D. C. **A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940**. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/28116>. Acesso em: 26 maio 2025.

LAROCCA, L. M.; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 14, n. 3, p. 753-66, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/VmMC6jZvfGRLtbvfNhPfpdg/>. Acesso em: 26 maio 2025.



LUCA, T. R. de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-143.

MACEDO, J. F. Editorial. **Revista da Associação Médica do Paraná**, v. 80 n. 1, 2022. Disponível em: <https://bioscience.org.br/bioscience/index.php/ramp/article/view/136>. Acesso em: 21 maio 2025.

MAI, L. D. **Análise da produção do conhecimento em eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn, 1932 a 2002**. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2004.

MARINHO, J. Z. S. Instruir para a prevenção é atuar com cautela: a puericultura no Piauí durante as décadas de 1930 e 1940. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 85-95, 2021. DOI: 10.12957/synthesis.2020.62469. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/62469>. Acesso em: 21 maio 2025.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e o discurso eugênico. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MARQUES, V. R. B.; FARIAS, F. C. de S. A. Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 287-302, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/3X5gyqtV3jVvkqtsRVFFYwHC/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

MOREIRA, V. C. Ações pioneiras do ensino de pediatria no Brasil: Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo (Moncorvo pai) e a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 1882-1901. **Hist. Cienc. Saude-Manguinhos**, v. 27, n. 2, Apr-Jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000200009>. Acesso em: 21 maio 2025.

MOULIN, A. M. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 15-82.

PARANÁ. **Lei 2.095 de 31 de março de 1921**. Criou o Serviço de Inspeção Médico Escolar. Curitiba: Typ. d´A Republica, 1921. Departamento Estadual do Arquivo Público.

PILLA, M. C. B. A. **A arte de receber**. Distinção e poder à boa mesa (1900-1970). Curitiba: Instituto Memória, 2011.

RENK, V. E.; BERTUCCI, L. M. Discursos enunciativos sobre a Bioética nos periódicos da área médica da área médica do Paraná (1970-2005). **Revista Bioética**, v. 28, n. 1, jan.-mar. 2020, p. 147-155. DOI <https://doi.org/10.1590/1983-80422020281377>\_Acesso em: 21 mai. 2025.

RENK, V. E. Educação e saúde na formação dos estudantes do Paraná nos anos de 1920. **Revista Intersaberes**, v. 11, n. 22, p. 77-94, jan.- abr. 2016.

RENK, V. E. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. **Acta Scientiarum. Education**, v. 36, n. 2, p. 223-231, July-Dec., 2014. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-52012014000200006&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012014000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 mai. 2025.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S. (org.). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SOARES, C. L. **Educação Física, raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

STEPHANOU, M. Currículo escolar e educação em saúde.um pouco da história do presente. In: MEYER, D. E. Esterman (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIDAL, D. G. (org.). **Grupos Escolares – cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

XAVIER, N. R.; SARAT, M. Infância, literatura e processo civilizador da escola. In: SARAT, M.; SANTOS, R. dos (org.). **Sobre Processos Civilizadores**. Dourados: Editora da UFGD, 2012. p. 169-200.